

Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência,
Senhoras Deputadas, Senhores Deputados presentes nesta audiência

Agradeço, pessoalmente e em nome dos professores do Externato Infante D. Henrique, a oportunidade que me deram de expor a minha posição relativamente a esta questão dos “Contratos de Associação”.

Sou professora do Externato Infante D. Henrique há 34 anos, professora de Português e, enquanto docente, ao longo destes anos, preparei várias gerações de alunos e considero ser um testemunho vivo de diferentes contextos educativos: a não existência do ensino direto para todos na nossa região, embora a escolaridade obrigatória fosse o 6º ano, quando a escola nasceu; o alargamento até ao 9º ano; e, mais recente, o alargamento até ao 12º ano.

Neste percurso, a nossa escola tem tido um papel importantíssimo para muitas gerações, com a oferta de um ensino gratuito de qualidade, assente nos princípios da liberdade, da equidade e da igualdade de oportunidades.

Ao longo de 48 anos, esta escola soube ajustar a sua oferta educativa e formativa às necessidades locais e regionais e às exigências decorrentes das mudanças no nosso sistema educativo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que se insere. Nesta região, era, ao tempo da sua fundação, a única escola (a mais próxima era em Braga) e permitiu a sucessivas gerações o acesso ao ensino e o êxito no percurso de vida de todos e cada um.

Hoje, muitos dos nossos alunos são filhos de antigos alunos da escola, permitindo assim a sedimentação de uma cultura organizacional e o reforço de um sentido de pertença de que nos orgulhamos todos.

Esta escola nasceu em 1968 como posto de receção da Telescola, com uma dúzia de alunos, por iniciativa pessoal de um filho da terra. Em 1976 recebeu do Ministério da Educação o alvará nº 2204 que lhe deu o nome atual e a transformou em escola de “ensino direto”. Em 1983, os professores e os demais trabalhadores, perante uma situação de descalabro financeiro e institucional da escola, constituíram uma cooperativa e assumiram a sua titularidade e gestão.

Distante cerca de 15 km das sedes de concelho de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão, o Externato Infante D. Henrique servia do ponto de vista educativo a

comunidade de uma vasta área geográfica constituída por um grande número de freguesias, consubstanciando a única oportunidade de escolarização para além da 4ª classe.

Com o devir dos anos e com a construção de escolas públicas estatais, frequentemente sem qualquer racionalidade sustentada, esta área geográfica foi-se restringindo ao conjunto de freguesias que, desde 1985, constitui no essencial o seu território de intervenção educativa, por decisão da Direção-Geral de Equipamento Escolar e da Direção-Geral do Ensino Particular e Cooperativo: Ruílhe, Arentim, Cunha e Tebosa (concelho de Braga), Cambeses, Bastuço S. João e Bastuço Santo Estêvão (concelho de Barcelos) e Nine (concelho de Vila Nova de Famalicão)

Desde 1980 que esta escola tem, ininterruptamente, um contrato de associação com o Estado que permitiu e sustentou uma aposta firme na estabilidade e na qualificação do seu corpo docente cuja média de tempo de serviço na escola é superior a 20 anos.

A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma legítima expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança e confiança, como prestadores do serviço público de educação. O contrato assinado com o Estado obriga-nos mesmo a incluir a menção “estabelecimento de ensino integrante da rede pública” em todos os suportes de divulgação da nossa oferta educativa. Fruto desse contrato, asseguramos um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos dos ensinos básico e secundário.

Temos protocolos de cooperação e articulação curricular e pedagógica com quatro agrupamentos de escolas estatais e outras instituições educativas da rede particular, cooperativa e social, permitindo o trabalho em rede e uma convivência mutuamente vantajosa entre instituições e projetos educativos complementares e diferenciados mas comumente empenhados num mesmo objetivo: a formação integral das crianças e jovens e o desenvolvimento sustentável da nossa região.

Somos uma escola inclusiva: não discriminamos os alunos no acesso à escola nem na promoção do sucesso escolar e educativo para todos, promovendo no dia a dia a igualdade de oportunidades.

Frequentam a nossa escola neste ano letivo 56 alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Mais de 36% dos nossos alunos são beneficiários da ação social escolar.

Muitos dos alunos são crianças e jovens institucionalizados, nomeadamente no Centro Social Padre David de Oliveira Martins, localizado na mesma freguesia de Ruílhe.

65% dos pais dos nossos alunos têm uma escolarização igual ou inferior ao 9º ano.

Com a inesperada colocação na agenda político-partidária da questão dos contratos de associação e da declarada intenção da sua “racionalização”, estou fundadamente preocupada com a manutenção dos postos de trabalho dos cerca de 130 trabalhadores docentes e não docentes da escola (sendo muitos deles antigos alunos) e com o futuro deste projeto educativo em cuja construção estamos empenhados e comprometidos.

Questiono-me e questiono os senhores Deputados se o posto de trabalho de um trabalhador da nossa escola e das escolas com contrato de associação não tem o mesmo valor do posto de trabalho de um trabalhador da escola estatal.

Deixo-vos o meu apelo como como cidadã, como mãe de dois filhos que, a seu tempo, frequentaram esta escola e como professora que abraçou a missão de ensinar como uma causa maior, que fez seu o Projeto Educativo desta escola que me ajudou a crescer pessoal e profissionalmente: Não destruam um património humano, cultural e social corporizado pelo projeto educativo da nossa escola por estritas razões e motivações ideológicas ou parcialidades político-partidárias.

Maria Clara Araújo de Freitas Menezes, em representação dos professores e trabalhadores não docentes do Externato Infante D. Henrique